

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Ciclo de Estudos Doutoramento

1. Especialidade

Ciências Histórico-Jurídicas

2. Docente responsável (preencher o nome completo)

Professora Doutora Isabel Graes

3. Nome da Unidade Curricular

História da Justiça (2h/semana)

4. Tema / matéria a lecionar

História da Justiça em Portugal (do modelo medieval à actual problemática da realidade judiciária)

5. Objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver) e avaliação

Com esta unidade curricular pretende-se estudar numa perspectiva histórica as diversas temáticas judiciais, compreender a sua evolução, o modelo desenvolvido e implementado no território continental e nas províncias ultramarinas, sendo sempre que possível estabelecida uma análise de direito comparado. É ainda dado ao período actual uma especial atenção às fragilidades sentidas e à realidade comummente designada por "crise da justiça".

Os diferentes aspectos do programa ministrado serão ilustrados e acompanhados com a análise da legislação vigente, assim como da abordagem de textos doutrinários e decisões judiciais, sendo incentivado o debate.

Ao longo do curso serão ainda convidadas individualidades de destaque do universo judiciário permitindo ao aluno um conhecimento mais detalhado das temáticas em apreço.

Verificando-se a impossibilidade em serem ministradas presencialmente os seminários, os mesmos decorrem segundo o formato online, com recurso à plataforma zoom, de acordo com o calendário que estava previsto para a respectiva leccionação.

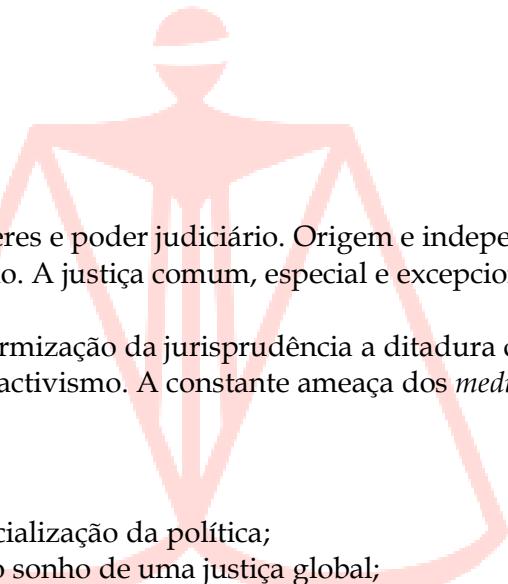
Como apoio à leccionação/exposição dos seminários encontra-se disponível o acesso à plataforma moodle [elearning da disciplina em questão- História da Justiça (2019-2020)] onde os alunos podem encontrar, sempre que possível, textos digitalizados ou em acesso livre que se relacionem com a matéria abordada, de modo a aprofundar os conteúdos ministrados e a poderem ser utilizados como instrumentos na investigação necessária à elaboração dos relatórios finais.

Existindo dúvidas, os alunos podem expô-las também com recurso à plataforma zoom, sendo agendadas as sessões que forem necessárias dispondo aí de um contacto "directo" com a docente responsável pela disciplina.

A avaliação pauta-se segundo o disposto no Regulamento de Avaliação da FDL, correspondendo à

elaboração de um Relatório escrito que será exposto oralmente numa das aulas, seguido do respectivo debate pelos alunos.

6. Conteúdos programáticos

- 
- I. Período medieval e moderno:
 - a. O poder judicial enquanto manifestação do poder régio. A justiça como virtude.
 - b. As instituições judiciárias, a sua especialização e profissionalização. A obediência à lei.
 - c. Os recursos. A fundamentação das sentenças.
 - d. Direito e justiça: a clemência régia;
 - e. O bom juiz;
 - f. O arbítrio judicial;
 - g. "Julgar contra o Direito";
 - h. Os ofícios da justiça;
 - i. As inspecções e correições

 - II. Período Contemporâneo:
 - a. Liberalismo, separação de poderes e poder judiciário. Origem e independência do poder judicial;
 - b. A construção do mapa judiciário. A justiça comum, especial e excepcional (os tribunais políticos);
 - c. Os tribunais superiores;
 - d. Instrumentos da justiça (a uniformização da jurisprudência a ditadura da lei e o poder de julgar);
 - e. O tempo e o lugar da justiça. O activismo. A constante ameaça dos *media*.
 - f. A Justiça Constitucional;
 - g. Os actores judiciários;
 - h. Os Conselhos Disciplinares;
 - i. A politização da Justiça e a judicialização da política;
 - j. Entre a actual crise judiciária e o sonho de uma justiça global;
 - k. Algumas fragilidades da justiça do século XXI.

7. Bibliografia principal

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *A reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, Coimbra, 2003;

BIGOTTE CHORÃO, Luis, *A I República entre a legalidade a excepção a propósito do "Poder Judicial*, in Seminário Internacional o Perfil do Juiz na Tradição Ocidental, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 203-222;

O periodismo jurídico português do século XIX, páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista, INCM, Lisboa, 2002;

Juristas do franquismo, in *Julgar*, nº 5 (Maio-Agosto 2008), Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 157-179;

Política e Justiça na I República, Letra Livre, Lisboa, 2010;

Adelino da Palma Carlos, in *Figuras do Judiciário (séculos XIX-XX)*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 95-109;

CAPELLETTI, Mauro, *Le pouvoir des juges: articles choisis de droit judiciaire et constitutionnel comparé*, Paris, Economica, 1990;

La responsabilidad de los jueces, La Plata, J. U. S. Fundación para la Investigación de las Ciencias Jurídicas, 1988;

Giudici irresponsabili?, Giuffrè, Milano, 1988 e *Giudici legislatori?*, Giuffrè, Milano, 1984;

CARBASSE, Jean-Marie, *Histoire du Parquet*, Droit et justice, PUF, Paris, 2000;

La justice pénale pendant la révolution française; quelques réflexions sur les droits de l'homme, in *Estudios en Homenaje al Profesor Jesus Lalinde Abadia*, Barcelona, 1992, pp. 133-155;

Histoire du droit penal et de la justice criminelle, Paris, PUF, 2000;

CHARLES, Raymond, *La justice en France*, Que sais-je, PUF, Paris, 1964;

DUVE, Thomas *New Horizons in Spanish Colonial Law, contributions to transnational early modern legal history*, Global Perspectives on Legal History, 3, Max Planck Institute for European Legal History, Berlin, 2015, disponível em http://www.rg.mpg.de/gplh_volume_3.pdf ;

FARCY, Jean Claude, *L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours*, PUF, Paris, 2001;

FONTAINE, Philippe, *La justice*, Ellipses, Paris, 2005;

GLASSON, Ernst, *Histoire du droit et des institutions politiques, civiles et judiciaires de l'Angleterre: comparés au droit et aux institutions de la France*, Paris, A. Durand Et Pedone-Lauriel, 1882-1883; Vol. 6 ;

GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça (1832-1932), memória crítica no primeiro centenário da sua fundação*, 1ª edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, reeditado em 2002

GRAES, Isabel, *O poder e a justiça em Portugal no século XIX*, AAFDL, Lisboa, 2014;

O Direito Administrativo da Magistratura Judiciária, in *Tratado de Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2017, vol. VII, pp. 135-268;

História da Justiça, colectânea de textos históricos, AAFDL, Lisboa, 2018;

História da Justiça, colectânea de sentenças (séculos XII-XX), AAFDL, Lisboa, 2019;

História da Justiça (Breves considerações acerca do seu objecto e método), in *Anuário de História do Direito/Legal History Yearbook*, I, 2020, 1, AAFDL, Lisboa;

GRAES, Isabel, MORALES PAYÁN, Miguel, *España y Portugal; Caminos paralelos en busca de la independencia judicial?*, LLR, LVIII, 2017/2, pp. 119-164;

HALPERIN, Jean-Louis, *Le Tribunal de Cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799)*, Paris,

L.G.D.J., 1987;

Les décrets d'annulation des jugements sous la Convention, la Révolution et l'ordre juridique privé, rationalité ou scandale?, Actes du Colloque d'Orléans, 11-13 septembre, 1986, CNRS-Université d'Orléans, Paris, PUF, 1988, t. II, pp. 457-468;

Haro sur les hommes de loi, in *Droits, revue française de théorie juridique*, 1993, n.º 17, pp. 55-65;

Avocats et notaires en Europe ; les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporain, Paris, LGDJ, 1996;

Forfaiture des juges et privation de l'office à la fin de l'ancien régime, 2000 e *Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours,* Paris, Flammarion, 2004;

HESPAÑHA, António Manuel, *Terão os juizes voltado ao centro do direito,* in *Scientia Iuridica*, 2013, vol. 62, n.º 332, pp. 225-254;

Les magistratures populaires dans l'organisation judiciaire d'ancien régime au Portugal. Sep. de: Diritto e potere nella storia europea, atti del quarto Congresso internazionale della Società Italiana del Diritto, in onore di Bruno Paradisi, Leo S. Olschki, Firenze, 1982;

Poder e Instituições no Antigo Regime, colectânea de textos Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984;

As vésperas do leviathan. Instituições e poder político. Portugal- século XVII, Coimbra, Almedina, 1994;

Justiça e litigiosidade: história e perspectivas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993
HILAIRE, Jean, *Histoire des institutions judiciaires,* Paris, Les Cours de droit, 1990-1991, 2 vols. ;

HOMEM, António Pedro Barbas, *Iudex Perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820,* Almedina, Coimbra, 2003;

O espírito das instituições: um estudo de história do Estado, Almedina, Coimbra, 2006

JUGNOT, Gérard, *Histoire de la justice française,* Paris, Litec, Les Cours de droit, 1998.

JOUSSERANDOT, Louis, *Du pouvoir judiciaire et de son organization en France,* Paris, 1878;

KRYNEN, Jacques, *L'élection des juges. Étude historique française et contemporaine,* Paris, PUF, 1999 ;

LEFEBVRE, René, *La justice,* Ellipses, Paris, 2000;

NOGUEIRA, José Artur Duarte, *A arbitragem na História do Direito Português,* Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, Nova Série, nº 20 (Nov. 1996), pp. 9-35;

PINTO OSÓRIO, *No campo da justiça,* Martins e Irmão, Imprensa Comercial, Porto, 1914;

RODRIGUES, Cunha, *Modelos de governo do poder judicial – alternativas*, in *Lugares do Direito*, Coimbra, 1999; ROGHETTINI, Stella *La politicizzazione di un potere neutrale*, in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 2/1995, pp. 227 e ss.;

RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], *40 anos de políticas de Justiça em Portugal*, Almedina, Coimbra, 2017

ROUSSELET, Marcel, *Histoire de la justice*, PUF, Paris, 1948;

RASSAT, Michèle-Laure, *La justice en France*, 7^e ed., Paris, 2004;

ROUSSELET, Marcel e AUBOUIN, Jean-Michel, *Histoire de la justice*, 5^eme ed., Paris, Puf, 2008;

JEAN-PIERRE ROYER, *Témoignages et monitoires: de l'affaire du chevalier de la Barre à l'oralité des débats au XIX^e siècle*, in *Histoire de la justice*, 2014/1 (n.^o 24), pp. 103-114;

François rabelais ou les lenteurs nécessaires de la justice, in *Histoire de la justice*, 2013/1 (n.^o 24), pp.53-64; « *Du simple à l'économie : les évolutions de la carte judiciaire à l'époque révolutionnaire* », *Histoire de la justice* 2011/1 (N° 21), p. 101-106 ;

« *Au-delà de la chronique judiciaire, la presse pendant la Révolution (de 1789 à l'an II)* », *Histoire de la justice* 2010/1 (N° 20), p. 57-67 ;

SANTOS, Boaventura Sousa, et al., *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*, Edições Afrontamento, Porto, 1996

TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, CEDAM, Padova; 1975 e *Il modelo burocrático di amministrazione della giustizia*, in *Democrazia e Diritto*, ano 33, n.^o 3, 1993, pp. 249-265

TIMSIT, Gérard, *Gouverner ou juger, blasons de la légalité*, PUF, Paris, 1995.

Para cada um dos capítulos será indicada bibliografia específica, assim como a legislação correspondente.